



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DA BARQUINHA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº03/2016

----ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DA BARQUINHA, REALIZADA EM SESSÃO ORDINÁRIA, AOS VINTE E QUATRO DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E DEZASSEIS. -----

Aos vinte e quatro dias do mês de Junho do ano de dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas reuniram, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Nova da Barquinha, sob a presidência do Senhor Rui Monteiro Picciochi, tendo como primeiro secretário o Senhor João Manuel Alves Gralha e segundo secretário o Senhor Inocêncio Rodrigues Cruz, convocada nos termos do nº1, do artigo 27º, da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro, conforme anúncio público afixado por Edital, a dezassete de Junho de dois mil e dezasseis, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto um - Expediente, informações e aprovação da ata; -----

Ponto dois – Informação escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara ao abrigo da alínea c), do nº2, do artº 25º, da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro; -----

Ponto três – Apreciação e votação do Documento de Prestação de Contas Consolidadas de 2015, nos termos da alínea i), do nº1, do artigo 33º, da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro; -----

Ponto quatro – Apreciação e votação do Contrato Interadministrativo de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

delegação de competências do serviço público de transporte de passageiros do Município na Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo; Ponto cinco – Apreciação e votação do acordo interadministrativo de delegação de competências próprias da Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha, na Junta de Freguesia da Atalaia (alteração); -----

Estiveram presentes os deputados da Assembleia Municipal, Senhores: -

Rui Monteiro Picciochi; -----

João Manuel Alves Gralha; -----

Paulo Fernando da Graça Constantino; -----

José Maria Chambel Esteves; -----

Manuel Maria Pequito Cardoso; -----

César Augusto da Silva Barros Cardigos; -----

Inocêncio Rodrigues Cruz; -----

José Pereira de Sousa; -----

Vitorino Gomes Monteiro; -----

João Fernando Mexia Machado; -----

Manuel Maria Ferreira Honório; -----

José Miguel Baptista Homem; -----

Benjamim dos Santos Abalada Reis; -----

Eduardo Cristóvão Gil de Oliveira; -----

Nuno Miguel Reis Marques Sousa Gomes; -----

Anabela Pereira Cardoso Queiroz; -----

João Filipe Ricardo; -----

Paula Alexandra Vieira Duarte; -----

Manuel de Oliveira. -----

-----Nos termos do art.º 48º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, esteve presente o Senhor Presidente da Câmara, Fernando Manuel dos Santos Freire, o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Senhor Vice Presidente, Rui Constantino Martins, e os Senhores Vereadores Rosa Maria Fernandes Garrett e Luís Manuel dos Santos Valente. Não compareceu, o Senhor Vereador Ricardo Honório, por se encontrar em representação do Município em reunião de trabalho na Associação Para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte (ADIRN). Após confirmar a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão. -----

Neste momento o Senhor Presidente da Assembleia, Rui Picciochi, solicitou um minuto de silêncio em memória do ex-Presidente da Assembleia, Drº Paulo Picciochi e pelo ex-Vereador, ex-deputado da Assembleia Municipal e ex-Chefe de Divisão, Dr. Justino dos Santos.

----- APROVAÇÃO DA ACTA -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, submeteu à apreciação a ata número dois, da reunião realizada a vinte e nove de Abril de dois mil e dezasseis, cujo texto foi previamente distribuído a todos os membros deste órgão deliberativo. -----

O **Senhor Deputado Eduardo de Oliveira** informou que as deliberações na ata de alguns pontos não estão corretas. -----

Foi submetida à votação o projeto de ata com as retificações, a qual foi aprovada por maioria com uma abstenção do Senhor Deputado Municipal João Filipe Ricardo por não ter estado presente na sessão, e dezoito votos a favor dos Senhores Deputados Manuel de Oliveira do CDS, Anabela Queiroz, Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes do PPD/PSD, Paula Duarte da CDU e João Gralha, José Pereira de Sousa, Inocêncio Cruz, Paulo Constantino, José Chambel, César Barros, Vitorino Monteiro, Manuel Cardoso, João Machado, Benjamim Reis, Manuel Honório, Miguel Homem e Rui Picciochi do PS. -----

----- EXPEDIENTE ----- (Vide anexo 1)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- MOÇÕES, INTERVENÇÕES -----

= O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** leu uma intervenção sobre “Defender a Escola Pública e as Funções Sociais do estado.” **(Vide anexo 2)** -----

ATENDIMENTO AO PÚBLICO -----

Nesta altura, Senhor Presidente da Mesa colocou à consideração dos Senhores Deputados, nos termos regimentais, a proposta de passagem ao período destinado à intervenção do Público, o que foi aprovada por unanimidade. Não havendo inscrições passou-se para o período antes do dia. -----

= ----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

Após as inscrições para o período antes da ordem do dia, foram feitas as seguintes intervenções: -----

= Intervenção Senhor Deputado Eduardo de Oliveira. -----

- **Galaxy Park** - Faz este mês quinze anos que foi muito falado e publicitado com a perspetiva de um grande investimento no concelho, o Galaxy Park. Eu gostaria de saber em que ponto de situação se encontra o protocolo estabelecido com o Município, todos se devem lembrar, pois foi notícia na revista “Barquinha Viva”. -----

- **Rua da Capela – Moita do Norte** - Na Moita do Norte têm existido vários funerais, normalmente compareço e tenho reparado, tal como o Senhor Presidente já reparou, o péssimo estado em que se encontra a Rua da Capela, em muito mau estado de conservação. Na revista “Barquinha Viva” de dois mil, mencionava que estava previsto na segunda fase dos trabalhos de remodelação das ruas, do qual esta rua estava contemplada e passados quinze anos esta encontra-se na mesma. -----

- **Bar Cais Dr. Pombeiro** - Gostaria de saber se já está solucionado o problema entre a Câmara Municipal e o arrendatário do Bar do Cais do

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Pombeiro. -----

- **Quadro de Pessoal / concurso** - Na última sessão da assembleia foi aqui discutido o aumento do quadro de pessoal, do qual o Senhor Presidente esclareceu que iam ser colocados a concurso três lugares, isto a vinte e nove de Abril. Na altura foi questionado como é seriam esses concursos e qual não foi o meu espanto quando na ata da reunião de Câmara de onze de maio, indicava a admissão de um trabalhador, de um concurso antigo. Afinal, foi através da reserva de recrutamento, então não era necessário concurso. O que me meteu confusão é se sabia isto porque é que não foi informada a Assembleia Municipal, que já não ia haver abertura de concurso. Se o concurso era de três lugares e só foi colocado um, o que foi feito dos outros dois lugares. -----

- **Lotes CDN** - Por último, gostaria de saber se foi concretizada a venda de dois lotes do Centro de Negócios de Vila Nova da Barquinha.” -----

= **Intervenção do Senhor Nuno Gomes.** -----

- **Sociedade Parque Almourol** - “Em relação à Sociedade Parque Almourol, gostava de saber se já foi extinta ou não. -----

- **Transporte a Pedido** - Em relação ao transporte a pedido que se iniciou, gostava de saber se já há alguma avaliação, se está a funcionar conforme o previsto e se tem sido muito solicitado. -----

- **Lotes CDN** - Relativamente à venda dos lotes do CDN, penso que um foi vendido a uma empresa de nome Vigigreen, gostava de saber se realmente foi esta empresa e de que ramo é, porque sinceramente não encontrei dados na internet sobre a mesma.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Vitorino Monteiro.** -----

- **Referendo Reino Unido** – “Quero abordar muito rapidamente a questão do referendo do Reino Unido. Não podemos ficar indiferentes tendo em conta que direta ou indiretamente vamos sofrer consequências, embora

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

não querendo ser o profeta da desgraça, mas é uma preocupação de todos nós. Mais do que nunca devemos preocupar-nos connosco mesmo, independentemente das consequências que podemos vir a sofrer. Somos um povo independente com as nossas próprias características, não devemos colonizarmos e ser dependentes de ninguém. “Por morrer uma andorinha não acaba a primavera”. Há preocupações que todos nós temos presentes, nomeadamente os emigrantes que saíram do país. Não devemos esquecer-nos que pode ficar caro, mas, não devemos ficar em pânico, porque temos de ser nós próprios, a lutar pela nossa independência e não ser dependentes de outros. Cabe a cada um de nós dar o seu melhor independentemente do setor onde estamos a laborar. Por último, aproveito para desejar boas férias a todos, à Assembleia, Executivo camarário, público presente, que aproveitem o melhor com saúde, recarregando baterias para o resto do ano em falta.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo.** -----

- **Antiga cerâmica Moinho de Vento** – “Em relação à antiga cerâmica, gostava de saber algumas informações. Eu passo lá e confesso que não sei o que estão a fazer. Eu recordo-me que na altura em que foi aprovada a ARU, o Senhor Presidente da Câmara em relação a esta obra foi muito reservado, e só informou que o alargamento da ARU se estendeu aquele local por causa da obra da cerâmica. As obras estão a ser feitas, passo ali todos os dias e não consigo adivinhar o que é que está a ser feito, penso que não será uma obra clandestina, pois dava muito nas vistas, mas não vejo qualquer informação exposta sobre a obra. -----

- **GADEL** - Em relação ao GADEL (Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento e Empreendedorismo Local) qual o balanço que o Senhor Presidente faz sobre o seu funcionamento, uma vez que é um gabinete criado recentemente. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- **Transporte a pedido** - Qual o ponto de situação do transporte a pedido na freguesia da Praia do Ribatejo.” -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecimento das questões colocadas pelos Senhores Deputados. -

- **Galaxy Park** – “O projeto Galaxy Park é um projeto de uma entidade privada. Foram feitas, na altura, pelo meu antecessor Miguel Pombeiro, escrituras que os Senhores Deputados tiveram conhecimento. Em dois mil e quinze fiz uma diligência junto da Agência para o Investimento e Comércio Externo em Portugal, (AICEP) no sentido da empresa viabilizar este projeto. Daquilo que entendi, e percebi, encontram-se com dificuldades de financiamento. Uma das soluções era a cedência da posição contratual e haver investimento por parte de estrangeiros. É isto que neste momento está a ser analisado. É isto que tenho para dizer e mais não posso informar uma vez que se trata de um investimento privado. -----

- **Rua da Capela** – a Junta de Freguesia de Vila Nova da Barquinha tem a pretensão de reparar a referida rua, mas sobre este assunto será melhor o Senhor Presidente da Assembleia dar a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova da Barquinha. -----

- **Bar cais Dr. Pombeiro** – Há uma intenção da Câmara Municipal de rescindir o contrato com o concessionário por incumprimento contratual.

- **Quadro de pessoal / três lugares** – os três lugares mantêm-se, o que acontece é que no concurso anterior havia uma reserva de recrutamento, com validade de dois anos. Havendo a necessidade de pessoal e estando o concurso dentro da validade preencheu-se um lugar. Os três lugares do novo concurso mantêm-se. Por exemplo, recentemente faleceu uma funcionária, o que cria uma vaga no quadro de pessoal, isto, está dentro da legalidade e aliás o próximo concurso também é com reserva de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

recrutamento, para se evitar abertura de novos concursos. -----

- **Lotes CDN** – A venda dos lotes faz parte das atas da reunião Câmara, eu tenho a preocupação das atas estarem on-line. Em relação aos lotes, no fundo ainda só há uma intenção. Houve duas empresas que compraram lotes no sentido de fazer investimento, mas, com esta situação do mercado e do sistema bancário e financeiro, ainda estamos a ver o que vai dar. O preço já está fixado, aliás, faz parte das próprias atas e as empresas estão identificadas. -----

- **Sociedade Parque Almourol** – Esta sociedade ainda não está extinta. Foi feito o negócio que vocês bem sabem, nomeadamente a transição dos Centros Náuticos para as respetivas câmaras. Ainda não foi possível o seu encerramento em parte pelos processos judiciais em curso. Não se pode encerrar a empresa até que o processo esteja extinto. Mas o objetivo é extinguir esta sociedade. -----

- **Transporte a pedido** – Tem resultado bem. Segundo informação dos serviços técnicos, da CIMT. Tem havido utentes todos os dias. Com a aproximação das férias dos médicos, os postos médicos da Praia do Ribatejo e Atalaia vão encerrar e uma solução possível, entre as entidades intervenientes (Junta de Freguesia da Atalaia, Junta de Freguesia da Praia do Ribatejo, Câmara Municipal e Unidade Saúde Familiar) é a utilização do transporte a pedido. No entanto haverá a colaboração das Juntas de Freguesia com o receituário. O projeto do transporte a pedido é válido e para continuar. -----

- **Cerâmica Moinho de Vento** – É um projeto privado, licenciado e está tudo em conformidade. A cerâmica Moinho de Vento foi a hasta pública e através do Tribunal foi vendida, a qual foi adquirida por um particular. A Câmara entendeu colocá-la na ARU. O projeto é composto por apartamentos, R/C e 1º andar. O que solicitei foi a manutenção da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

chaminé. -----

- **Empresas CDN** – A Vigigreen é uma empresa que tem a ver com o embalamento de produtos hortícolas. É uma nova empresa no mercado.

- **GADEL** – No âmbito de apoio à agricultura, candidaturas abertas recentemente, temos recebidos muitos privados interessados em fazer investimento com fundos comunitários. Quem está no gabinete são técnicos da Câmara, houve um aproveitamento dos recursos humanos. Eu penso que está a resultar e neste momento quando abrirem novos concursos vamos ter resultados em concreto. Na área da regeneração urbana temos prestado aconselhamento e esperamos que dentro em breve tenhamos novidades para a baixa de Vila Nova da Barquinha.” ----

Foi dada a palavra ao Senhor Deputado João Machado que esclareceu o Senhor Deputado Eduardo de Oliveira sobre as obras na Rua da Capela na Moita do Norte. -----

= **Intervenção do Senhor Deputado João Machado** – “Para esclarecer o Senhor Deputado Eduardo de Oliveira sobre a Rua da capela em Moita do Norte, eu sei que é uma pessoa atenta e ainda bem. Estive recentemente com o Senhor Vereador Rui Constantino, na Rua da Capela e vamos tapar os buracos, os mais visíveis. Entretanto vamos acabar as obras dos passeios do Cardal e aproveitaremos parte do alcatrão. Está previsto um tapete novo na rua da Capela, não vou prometer que seja este ano, de certeza absoluta que será no ano de dois mil e dezassete. Já está em agenda há muito tempo, mas o dinheiro não chega para tudo. Mais de metade do orçamento que a Junta de Freguesia de Vila Nova da Barquinha recebe do Estado está aplicado nos passeios do Cardal. Mas garanto que o arranjo da Rua da Capela, vai ser uma realidade.” -----

Foi da novamente a palavra aos Senhores Deputados. -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira.** -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- **Galaxy Park** – “Eu estou esclarecido, mas é só para deixar vincado. Em relação ao Galaxy Park é uma iniciativa privada, mas a verdade é que houve na altura muitas concessões do Município e é em relação a isso que me preocupo. Se avançar tudo bem, não nos podemos esquecer que foram prometidos mil setecentos postos de trabalho, se assim fosse tínhamos tudo resolvido aqui à volta em relação ao desemprego.” -----

- **CDN** - Em relação ao CDN a venda dos lotes na realidade não se concretizou, está prevista. -----

- **Concurso público** - Em relação ao legal, não quis dizer que o concurso tivesse de ser agora ou em Setembro, mas quando veio à Assembleia esse ponto, porque não foi falado como é que ia ser, acho que nessa altura o Senhor Presidente deveria ter informado que havia uma reserva de recrutamento e que iria ser aproveitada essa reserva.” -----

O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra que lhe foi concedida esclareceu o seguinte: -----

- **Galaxy Park** - “Quanto à questão do Galaxy Park eu percebo perfeitamente a sua afirmação. Informo que houve revisão do projeto, ou seja, o projeto inicialmente aprovado sofreu alterações, pelo promotor devido à conjuntura internacional. -----

- **Quadro de Pessoal** - Em relação ao quadro de pessoal foi esta assembleia que aprovou os avisos. Eles estão dentro da validade. Infelizmente houve falecimentos e tivemos que proceder à sua substituição, são motivos imprevisíveis. As escolas continuam a funcionar e precisamos de massa humana para desenvolver a sua atividade.” -----

O Senhor Presidente da Assembleia no uso da palavra referiu o seguinte: -----

“Em relação ao Galaxy Park o Senhor Deputado sabe perfeitamente o que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

é que aconteceu. Era um projeto que estava quase para avançar quando se deu o problema do financiamento nos Estados Unidos, pois quem ia financiar o projeto era uma equipa dos Estados Unidos. A Câmara na altura concedeu todas as facilidades possíveis, mas tal não foi possível.”

O Senhor Presidente da Câmara referiu ainda que em relação às empresas do CDN ainda não fizemos as escrituras porque é importante saber quais os trâmites processuais. Eu tenho de pedir autorização à Câmara Municipal e só posteriormente é que posso fazer a escritura. Há mais empresas interessadas, mas há contenção e expetativas no mercado. -----

= **Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo – Galaxy Park**

- “Em relação ao Galaxy Park reconheço que houve um empenho do anterior executivo, inclusivamente fizemos uma visita às instalações. Tendo em conta as expetativas criadas, se bem que da nossa parte tivemos sempre alguma reserva, pois eu gosto do nosso concelho com a qualidade e pacatez que tem hoje em dia, e a Atalaia estava ali mais à “mão de semear” e sinceramente tinha receio que atrás disso pudesse vir alguma insegurança. Este concelho tem uma grande qualidade de vida.

- **Referendo da Inglaterra** - Em relação ao referendo da Inglaterra, é lógico que haja algum receio por parte das pessoas, a vida muda, a Europa social que eu defendo, ultimamente deixou de aparecer. A questão do Senhor Deputado Vitorino Monteiro, do povo independente, quem é esse povo? Nós? Hoje em dia na União Europeia com o que temos sofrido, com o que temos pago e o que fez com os refugiados, não acredito. Com este acordo que despacha toda a gente para a Turquia, andam sempre a falar em caridade mas o que acontece na prática é que há miséria ao nosso redor, há milhões de crianças abandonadas, refugiados abandonados, sem ninguém e que poderão entrar numa rota de tráfico.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A Europa tem um longo percurso a percorrer e pode ser que isto até seja um aviso para conseguirmos de fato uma Europa solidária.” -----

O Senhor Presidente da Assembleia por último referiu o seguinte: -

“Eu digo e repito várias vezes. Eu não acredito na União Europeia. A razão é muito simples, é contranatura. Enquanto foi CEE funcionou perfeitamente, quando os países começaram cada um por si a entregar os poderes a uma terceira entidade começaram os problemas. Mais década menos década ela vai acabar, porque as pessoas não aceitam a perda da sua própria independência. Nós vivemos em espécie de tribo quer queiram quer não. Eu não aceito que seja a Rússia ou os Estados Unidos a determinarem as políticas económicas do nosso país. Esta é a minha posição pessoal, mas em termos de CEE ela funcionou perfeitamente, era só comércio. Isto pode não ser politicamente correto mas é a minha posição. Havia um partido na Holanda que queria também um referendo para a saída da Holanda e nós iremos ver o que é que vai acontecer.” -----

-----///-----

Ponto dois – Informação escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara ao abrigo da alínea c) do n.º2, do art.º 25º, da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro. ----- (vide anexo 3) ---

Foi dada a palavra aos Senhores Deputados para intervirem: -----

= Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira. -----

“Eu li a informação escrita do Senhor Presidente mas também li com muito interesse a entrevista que o Senhor Presidente deu ao jornal Novo Almourol. Eu esperava que nesta informação escrita, também algo que vem no jornal aqui viesse mencionado, nomeadamente o que indica na entrevista sobre os projetos com garantia de financiamento, como por exemplo, a Valorização do Castelo de Almourol, a Regeneração Urbana,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ou seja, estão mencionados na entrevista dez projetos. Há dias, todos certamente leram e viram que a Câmara do Entroncamento e a de Abrantes assinaram contratos no valor de milhões e questiono o Senhor Presidente, se destes projetos que indica, quais são os que efetivamente têm garantia de financiamento.” -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecer o Senhor Deputado. -----

= Projetos com financiamento – “São duas realidades completamente diferentes e vou explicar porquê. As cidades têm um mecanismo que não é o PARU, mas sim o PEDU. O PEDU têm de ser negociado junto das CCDR’S. Os municípios pequenos, onde está incluído Vila Nova da Barquinha tem o PARU, que ainda não está concluído. Mas, no âmbito do chamado Investimento Territorial Integrado “ITI”, na Comunidade Intermunicipal, sei quais são os investimentos que temos e que tenho a certeza do financiamento. Na semana passada recebi o parecer da Direção Geral do Património Cultural para intervir no Cais de Tancos, ou seja, conseguimos esticar a questão da Valorização do Castelo de Almourol para o Cais de Tancos, que está em mau estado como é do conhecimento de todos. No âmbito da Regeneração Urbana, na baixa da Barquinha há a possibilidade de investimentos nomeadamente com o ninho de empresas, que também vai fazer parte do PARU. Há muitos projetos na forja e o PARU virá a esta assembleia, só que ainda não está concluído. O documento não está finalizado, certamente estará concluído na próxima semana.” -----

Ponto três – Apreciação e votação do documento de Prestação de Contas Consolidadas de 2015, nos termos da alínea i), do número 1, do artigo 33º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para expor o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

assunto em epígrafe. -----

= **Intervenção do Senhor Presidente da Câmara** – “As contas de gerência são preparadas pelos serviços técnicos dos Municípios a quem cabe garantir a qualidade técnica e viabilidade e regularidade das mesmas. As contas de gerência são certificada pelo Revisor Oficial de Conta que têm de emitir parecer sobre as mesmas, nomeadamente sobre a execução orçamental, o balanço, a demonstração de resultados individuais considerados em anexos, as demonstrações financeiras. O Revisor Oficial de Contas tem de verificar um conjunto de aspetos relativos à regularidade das contas prestadas. No fundo o que vem aqui para apreciação da Assembleia é o cumprimento do estabelecimento legal, conforme a Lei setenta e cinco de dois mil e treze.” -----

Foi dada a palavra aos Senhores Deputados que solicitaram os seguintes esclarecimentos: -----

= **Intervenção da Senhora Deputada Paula Duarte** – “Boa noite a todos. Apenas um ponto de esclarecimento em relação à nossa posição de votação. Este documento acaba por estar relacionado com um documento que foi votado na última assembleia, o relatório de gestão e prestação de contas de dois mil e quinze, que votamos a vinte e nove de Abril. Como acaba por estar relacionado com os aspetos fundamentais que nos fizeram votar contra nessa altura, nomeadamente a integração e o modo como se refletem contas, da Resitejo, por isso, mesmo e por uma questão de coerência votaremos em conformidade com as nossas posições.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira** – “Apenas dois esclarecimentos. Nas participações em entidades societárias a forma de realizações indicada, por exemplo, ADIRN, cinco milhões de euros, Médio Tejo 21, mil duzentos e oitenta euros, AMEGA, cento e setenta e três milhões de euros, estas verbas são mensais? (Ao que o Senhor Presidente

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da Câmara respondeu que são anuais. Gostaria de saber se o saldo positivo é o resultado líquido e qual a diferença entre um e outro.” -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que informou o seguinte: -----

= Intervenção do Senhor Presidente da Câmara – “O Presidente da Câmara é responsável pela questão política, pela questão técnica não.” -

O Senhor Deputado Eduardo de Oliveira solicitou novamente a palavra para expor o seguinte: “É tão simples quanto isso. Mesmo na entrevista o Senhor Presidente disse que no ano passado houve um saldo positivo cerca de seiscentos e noventa e seis mil euros, e eu vou a este documento e o resultado líquido são de quatrocentos e noventa e seis mil euros, menos duzentos mil euros. É isto que gostaria de saber.” -----

Posta à votação a proposta do documento de Prestação de Contas Consolidadas de 2015, esta foi aprovada por maioria com dois votos contra dos Senhores Deputados João Filipe Ricardo e Paula Duarte da CDU, quatro abstenções dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes e Anabela Queiroz do PPD/PSD e Manuel de Oliveira do CDS e treze votos a favor dos Senhores Deputados João Gralha, Manuel Cardoso, Inocêncio Cruz, Vitorino Monteiro, José Pereira de Sousa, Paulo Constantino, César Cardigos, José Chambel, Benjamim Reis, Miguel Homem, Manuel Honório, João Machado e Rui Picciochi do PS. -----

Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

Declaração de voto – Deputado Nuno Gomes -----

A nossa abstenção deve-se pelo mesmo motivo da CDU, por uma questão de coerência com o nosso voto anterior.” -----

Ponto quatro – Apreciação e votação do Contrato

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Interadministrativo de delegação de competências do serviço público de transporte de passageiros do Município na Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para expor o assunto em epígrafe. -----

“O anterior governo através da Lei cinquenta e dois de dois mil e quinze de nove de Junho, aprovou o regime jurídico de serviço público de transporte de passageiros. A Lei é aplicável ao planeamento, à organização, à operação, à atribuição, à fiscalização, ao investimento, ao financiamento, à divulgação e ao desenvolvimento do serviço público de transporte de passageiros quer do modo rodoviário, fluvial, ferroviário e outros tipos, como o transporte a pedido, incluindo o regime das obrigações do serviço público e respetiva compensação. Fixou o governo que os municípios são autoridades de transportes competentes quanto aos serviços públicos de transporte de passageiros de âmbito municipal. Do âmbito intermunicipal é a autoridade de transportes a CIMT (Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo). Todos os municípios vão fazer isto, podem acordar entre si o serviço partilhado da parte ou na totalidade das competências que lhe são cometidas, bem como a delegação através de contratos interadministrativos, como podem verificar no contrato em anexo, total ou parcial das respetivas competências noutras autoridades de transporte. Considero que através da resolução do contrato interadministrativo tal como já foi para as zonas metropolitanas de Lisboa e Porto e o modelo que têm em vossa posse é da zona metropolitana do Porto. Na área do serviço público o transporte de passageiros promoverá uma maior eficiência e gestão, bem como a universalidade da qualidade dos serviços económico, social e territorial. Importa assegurar, este período vai terminar em dois mil e dezanove,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mais concretamente a trinta e um de dezembro de dois mil e dezanove. Atendendo que a Comunidade, como autoridade de transportes, uma vez que tem uma técnica, a Dr^a Carla Grácio e a Câmara Municipal não têm dinheiro nem técnicos. No fundo a competência que foi transmitida ao Município ela seja retransmitida ou devolvida a outra entidade, neste caso a CIMT que como autoridade de transporte tem base técnica e meios para as condições de relação de interesses entre os respetivos grupos económicos.” -----

Foi dada a palavra aos Senhores Deputados que solicitaram os seguintes esclarecimentos: -----

= Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes – “Gostaria de saber se há alguma estimativa dos custos para esta situação. Em segundo lugar gostaria de saber se existe alguma vigência em termos temporais. Há dois artigos que me causam estranheza, pois parecem contraditórios. Na cláusula vinte e dois, ponto três diz «...sem prejuízo do disposto do número e da Lei de vinte e dois de setembro, a mudança de titulares dos órgãos, das partes outorgantes, não determina a resolução do contrato...», mas, depois na cláusula vinte e seis diz «...que o período de vigência do contrato coincide com a duração do mandato do órgão deliberativo do Município, sem prejuízo do disposto do número seguinte...», ou seja as cláusulas dizem coisas contraditórias.” -----

= Intervenção da Senhora Deputada Paula Duarte – “Aponto algumas questões/considerações acerca do documento e do que ele trata. O documento trata do transporte de passageiros em várias áreas, a um nível intermunicipal. Neste momento existe uma entidade nacional que regula o setor, ou seja, controla as empresas públicas e privadas desse mesmo setor. Neste momento não estamos contra o atual estado das coisas embora houvesse sempre lugar ao aperfeiçoamento como em todos os

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

lados. Como o senhor Presidente também referiu os Municípios não têm capacidade para resolver uma questão destas, mas nós estamos em crer que a própria Comunidade Intermunicipal não vá ter e temos algumas questões se isto não será “chutar para o canto”, para depois esperar a próxima jogada. Temos algumas informações, e podem corrigir se estiver errada, as áreas metropolitanas são obrigadas por lei a constituir-se como uma autoridade de transportes, mas, temos informação que as Câmaras Municipais que não estejam integradas em áreas metropolitanas, como é o nosso caso, beneficiam de um período de transição no qual a Lei pode ser alterada, para decidir como se há-de resolver a questão e nós gostaríamos de saber se não é melhor avaliar um pouco mais durante este período de transição, como é que as coisas vão ser resolvidas para depois se tomar uma posição mais profunda porque nós não temos capacidade, as comunidades intermunicipais poderão também não ter e poderemos ter aqui uma situação mais delicada de mudança, que pode ter por trás outras intenções.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Inocêncio Cruz** – “As minhas questões não se prendem tanto por aí mas sim por quem controla a CIMT, isto é, quem controla a gestão destes transportes. Nós estamos a delegar competências à CIMT, porque não temos capacidade para resolver o problema mas o que me fica a parecer do articulado que li é que depois não conseguimos controlar exatamente nada. Até há umas ressalvas, podemos fazer propostas, salve se não incidir um resultado negativo. O meu problema é que estamos a pôr tudo nas mãos de uma entidade que não sei se vamos conseguir controlá-la. Depois se a entidade começa, porque tem essa legitimidade, porque nós concedemos, a fazer coisas que a nós não nos interessa que seja feita em benefícios do bem público, que para nós pode ser uma e que para outra entidade pode ser outra e que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para a CIMT pode ser outra. Aquilo que me parece é uma privatização de um sistema que deveria ser público através de uma empresa ou outra entidade que é pública mas que está fora do nosso controle.”-----

= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo – “As minhas palavras vão no sentido das palavras do Senhor Deputado Inocêncio. Isto apareceu em dois mil e quinze e estamos em dois mil e dezasseis. Nós se tivéssemos tomado nota de algumas posições da altura até de câmaras socialistas, como exemplo a presidente da Câmara de Odivelas que dizia: «tudo isto vai resultar em aumentos exponenciais dos preços dos transportes.» o Presidente da Câmara de Sintra dizia que «...havia de haver um estudo sério sobre a responsabilidade que se vai assumir e o custo de cada uma das responsabilidades que se vão assumir com a criação deste novo modelo...» Com este documento sem sabermos mais nada, sem termos mais nada, eu confesso e tendo em conta as opiniões que partilho da Deputada Paula Duarte e do Deputado Inocêncio, há aqui algo que irá acontecer e que estará por detrás disto. Isto vai criar, além de uma sobrecarga muito grande para as Autarquias, vai haver um aumento substancial das taxas e tarifas e portanto estamos com grandes reservas sobre este documento. O PCP vai entregar na Assembleia da República um projeto sobre isto e portanto tenho esperança que esse projeto possa melhorar alguma coisa e dar outra expectativa sobre isto. Sobre este documento que temos, não temos dúvida nenhuma que não subscrevemos.” -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que informou o seguinte: -----

“Quanto à questão dos custos informo que neste momento não há valor, o que há, é a transferência nos termos da Lei de três milhões de euros para estas entidades a formar, que assegurarão depois os objetivos deste

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

diploma. Em relação à vigência destes acordos, é o mandato do órgão deliberativo autárquico, pois se assim não fosse não faria sentido. Não se pode estar a vincular uma entidade que depois vai deixar de existir. Quanto à questão do projeto lei, temos esta vigência que está em vigor e é por aqui que temos de seguir, não temos outro e temos de decidir porque há concessões a fazer, alguém tem de as fazer, a Câmara Municipal em relação ao transporte a pedido, não tem técnicos para avaliar. A lei bem, ou mal está em vigor e temos de decidir sobre ela, ou delegamos competências ou não. Se não delegarmos competências vou ter de exigir reforço financeiro, material e humanos para esta situação.”

Foi dada novamente a palavra aos Senhores Deputados. -----

= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo – “Há diversos pontos de vista, é a Lei, o presidente que é eleito por uma larga maioria e fatia de eleitores deste concelho também pretenderá fazer o melhor, acho é que isto efetivamente é o melhor, mas nós achamos que isto tem muitas reservas, o que é certo, é que o Partido Socialista e os seus camaradas de partido podem-se debruçar sobre isto e em vez de ir logo, esperar um pouco mais e ter margem de manobra para verem as coisas e aguardarem para haver outra solução. A avaliação que fazemos disto, é que vai ser entregue a empresas privadas e vai encarecer os custos para os utentes e para as autarquias.” -----

Na sua intervenção o Senhor Presidente da Câmara referiu o seguinte: -----

“Eu não tenho meios técnicos, nem humanos para cumprir a Lei, os senhores deputados agora decidam. Eu não posso fazer mais nada, tenho a lei para cumprir. Eu percebo a intenção, sei que há projetos de diplomas que tentam revogar este diploma, sei de algumas resoluções, nomeadamente da Assembleia Municipal do Barreiro, mas uma coisa é

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

certa, eu tenho de tomar uma decisão. Eu acho que a entidade competente nesta temática, é a CIMT, pois tem técnicos humanos e meios, coisa que a Câmara não tem.” -----

O Senhor Presidente da Assembleia no uso das suas competências deu novamente a palavra ao Senhor Deputado Inocêncio Cruz. -----

“Senhor Presidente eu sei que temos um problema em mãos do qual tem de ser resolvido, mas o problema é como é que o vamos resolver. O meu problema nem é tanto os custos porque se não pagam uns, pagam outros, o meu problema é quem vai controlar estes organismos, que eu acho que não tem “rosto”. Amanhã aumentam, retiram taxas e vão-se resguardar que estão mandatados pelo Município de Vila Nova da Barquinha e este não decidiu que era para aumentar ou para retirar. Se o Município de Vila Nova da Barquinha disser vamos reduzir as taxas, só podem aceitar desde que não se reduza ou torne negativo essa posição, ou seja, ficamos sempre de mãos atadas porque sabemos bem como é que essas propostas económicas são feitas. Que não temos condições, todos nós sabemos mas há que contornar as coisas e neste momento acho que não está acautelado este projeto, é como se tivéssemos a dar uma coisa de olhos fechados.” -----

Dada a palavra ao Senhor Presidente referiu o seguinte: -----

“Só quero questionar os senhores deputados se a Câmara Municipal não faz parte da CIMT? Não tem lá os representantes? É que nós falamos tanto em delegação de competências da administração central e depois quando elas vêm não aceitamos.” -----

Dada novamente a palavra ao Senhor Deputado Inocêncio Cruz. -----

“Senhor Presidente temos, se não, não vinha à Assembleia Municipal. Temos lá os nossos representantes, eles é que decidem este assunto. Eu acho, que o caso não vai por aí, acho que é mais profundo que isso. Na

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

minha opinião, dar poderes assim de qualquer maneira, já temos tido má experiência.” -----

Tendo a palavra o Senhor Presidente da Assembleia referiu o seguinte: -----

“O problema na minha perspetiva é mais vasto e tem a ver com estas criações das CIMT, que foi tudo feito de uma forma que não conseguimos controlar. Isto mais cedo ou mais tarde tem de ser mexido, porque independentemente deste caso, tem de ser resolvido. Acontece que a CIMT hoje é governada pelos Presidentes da Câmaras. A própria Assembleia que devia controlar a CIMT não tem poderes nenhuns, por conseguinte isto é um imbróglio de tal maneira que não sei como se vai resolver. Eu sei que estão a trabalhar nisto, foi uma época em que saiu tudo à pressão, sem estarem devidamente ponderadas e pensadas. Eu quando vou a uma Assembleia da CIMT, praticamente é corpo presente porque tanto faz falar como não, porque depois podem decidir uma coisa completamente diferente. Nós aprovamos o orçamento e mais nada. Em relação a este assunto também tenho a noção que não é um concelho como Vila Nova da Barquinha, Constância ou Entroncamento que é capaz de resolver um problema destes, tem de haver uma economia de escala para resolver este problema. Será esta economia correta? Não sei... As próprias áreas metropolitanas de Lisboa e Porto têm problemas e não conseguem dominá-los. Será esta a escala ideal para resolver esta questão dos transportes públicos? O fato é que a Lei é esta e temos de resolver este problema.” -----

= Intervenção do Senhor Deputado Vitorino Monteiro – “Só desejo dar a minha opinião sobre esta matéria. Olhando para o documento, tenho conhecimento da área de transportes ferroviários, julgo que esta temática refere basicamente rodoviária, porque na área ferroviária a nível de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

passageiros e mercadorias há uma entidade própria que regula em cada concelho. Eu questiono no concelho de Vila Nova da Barquinha, Constância e Abrantes quem é que tem autonomia sobre os transportes ferroviários de mercadorias e passageiros? Eu, tenho conhecimento de quanto é que custa cada comboio do carvão que passa aqui diariamente, só para a CP carga são sessenta mil euros, líquido de todo o custo de pessoal e material e são quatro comboios diários. Eu pergunto, a CIMT tem autonomia sobre um comboio que tem cariz internacional, com transporte a nível mundial para decidir sobre esse comboio? Penso que na área ferroviária, esta tem já a sua própria estrutura, com técnicos adequados no assunto. Com as Câmaras Municipais, apenas há um acordo de uma automotora que circula Domingos e sextas, mas não sei quais os custos que as câmaras têm.” -----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara expos o seguinte: --

“Isto são competências que são da Administração Central. Eu tenho conhecimento de uma alteração superveniente face ao diploma legal vigente. Acho que a ideia que foi aqui sugerida é boa, amadurecíamos isto, e trazíamos este ponto à próxima sessão da assembleia, todos analisavam, em consciência e depois decidíamos em conformidade.” -----

= O Senhor Presidente da Assembleia propôs à Assembleia a criação de uma comissão para estudar este ponto, pois não gosta de votações de esmagamento, gosta das coisas feitas com cabeça em que se vota conforme os ideais ou seja, votar porque se tem de votar não concorda. Propôs dois elementos do PSD, um da CDU e um do CDS. -----

= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo – “Informo que tanto eu como a Deputado Paula Duarte, temos pouca disponibilidade para reunir. Sugiro que cada deputado estude e analise e fosse discutido na próxima sessão.”-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= **Intervenção da Senhora Deputada Paula Duarte** – “Gostava que entretanto fizessem chegar, para ajudar ao nosso estudo, quais os custos que isto acarreta para o Município.” (obteve como resposta do Senhor Presidente da Câmara que atualmente não há custos para o Município, no futuro não sei responder). -----

Posta à votação a retirada do referido ponto para melhor análise e ser presente na próxima sessão da assembleia, esta foi aprovada por maioria com dois votos contra dos Senhores Deputados Paulo Constantino e Benjamim Abalada Reis do PS e dezassete votos a favor dos Senhores Deputados João Filipe Ricardo e Paula Duarte da CDU, Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes e Anabela Queiroz do PPD/PSD, Manuel de Oliveira e João Gralha, Manuel Cardoso, Inocêncio Cruz, Vitorino Monteiro, José Pereira de Sousa, Paulo Constantino, César Cardigos, José Chambel, Benjamim Reis, Miguel Homem, Manuel Honório, João Machado e Rui Picciochi do PS. -----
Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

Ponto cinco – Apreciação e votação do Acordo Interadministrativo de delegação de competências próprias da Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha na Junta de Freguesia da Atalaia (alteração). -----
Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para expor o assunto em epígrafe. -----

“ Na sequência da reconversão do Parque Desportivo da Encosta da Capela e do Parque Desportivo Municipal da Atalaia foi celebrado em um de Junho de dois mil e catorze, o acordo interadministrativo de delegação de competência com a Junta de Freguesia da Atalaia. Nos termos do artigo décimo sétimo desse acordo pode existir modificações ao mesmo, são os chamados acordos interadministrativos de competência das

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Juntas de Freguesia. No capítulo dois das competências delegadas, clausula sexta, para a Junta de Freguesia da Atalaia, a Câmara Municipal cede ao segundo outorgante todos os equipamentos afetos ao Parque Desportivo Municipal da Atalaia e ao Parque Desportivo da Encosta da Capela designadamente e, entre outros, equipamentos desportivos que nele se encontrem. Há a necessidade de proceder a beneficiações, alterações ou ampliações destes equipamentos de modo a satisfazer necessidades das coletividades, associações e dos seus utilizadores. Estamos a falar essencialmente na possibilidade da União Desportiva Atalaiense, deslocar-se para a Encosta da Capela. Assim, propomos a seguinte redação: «Podendo ainda com autorização prévia da Câmara Municipal proceder as obras de beneficiação, alteração ou ampliação».

Posta à votação o Acordo Interadministrativo de delegação de competências próprias da Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha na Junta de Freguesia da Atalaia (alteração), este foi aprovada por unanimidade com dezanove votos a favor dos Senhores Deputados João Filipe Ricardo e Paula Duarte da CDU, Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes e Anabela Queiroz do PPD/PSD, Manuel de Oliveira do CDS e João Gralha, Manuel Cardoso, Inocêncio Cruz, Vitorino Monteiro, José Pereira de Sousa, Paulo Constantino, César Cardigos, José Chambel, Benjamim Reis, Miguel Homem, Manuel Honório, João Machado e Rui Picciochi do PS.

Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos.

Terminada a Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada esta sessão ordinária desejando a todos os presentes um bom fim-de-semana e para constar se lavrou a presente ata que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

depois de aprovada, vai ser assinada pelos senhores Presidente da Assembleia Municipal e Secretários: -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

(Rui Monteiro Picciochi)

O Senhor Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia

(João Manuel Alves Gralha)

O Senhor Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal

(Inocência Rodrigues Cruz)

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1	Lista de Expediente
----------------	---------------------

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Anexo 2	Intervenção apresentada pelo Senhor Deputado João Filipe Ricardo, do Grupo Político CDU, cujo tema é “Defender a Escola Pública e as funções Sociais do Estado”.
Anexo 3	Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara